

Cegrel, Corretores de Seguros, Lda.

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2010

1. Constituição e Actividade

Cegrel - Corretores de Seguros, Lda., com a sua sede social na Casa da Bemposta em Portalegre, iniciou a sua actividade em 21-06-1951, tendo por objecto o exercício da actividade de mediação de seguros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

2.1- As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Estrutura Conceptual do SNC ao abrigo do Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro (DR nº 173, II série) e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ao abrigo do DL 158/2009, de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

2.2- Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os exercícios anterior.

Tendo em consideração a entrada em vigor do Sistema de normalização Contabilística e consequente revogação do Plano Oficial de Contabilidade foram efectuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis, tal como estabelecido pela Norma nº 3 – Adopção pela primeira vez do SNC.

As principais alterações foram as seguintes:

Equipamento administrativo (programas de computadores)- Foram reclassificados para a rubrica de activos intangíveis.

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

3.1 Princípios Contabilísticos

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

M
AR
AS

a) Princípio da especialização de exercícios

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transacções que lhe estão subjacentes, independentemente do momento em que se efectuam as cobranças e os pagamentos.

Os réditos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha recta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto - Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

As taxas de amortização aplicadas foram as seguintes:

Edif. Out. Construções	10%
Equip. Basico	12,50%
Equip. Transporte	25%
Equip. Administrativo	10 a 33,33%
Out.Imob.Corpóreas	12,50%

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O valor registado no Balanço nesta rubrica diz respeito às aquisições efectuadas com programas de computadores.

Em 2009 os activos no valor de 15.669,81€ estavam registados na conta de equipamento administrativo e com a introdução do novo sistema de normalização contabilísticas a empresa teve de reclassificar estes bens e registar nas contas definidas no novo código.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

d) Devedores e credores por acréscimos de gastos e de recebimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos destas rubricas tinham a seguinte decomposição:

Credores por Acréscimos de Gastos

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar é contabilizado como gastos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do respectivo pagamento, totalizando 29.516.76€.

Encontram-se também registados nesta rubrica os custos com serviços de Auditoria e despesas diversas no montante de 3.899,10€.

e) Diferimentos

Nesta rubrica são registados os gastos a reconhecer no exercício seguinte, nomeadamente:

Seguros no valor de 3.012,40€

f) Impostos

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade encontra-se sujeita a imposto sobre lucros em sede de imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas, pelo regime geral de IRC.

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante 4 anos (para a segurança social de 10 anos). Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão ser sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais.

É convicção da Gerência que qualquer revisão da matéria colectável não terá efeitos relevantes nas contas da empresa.

O imposto corrente contabilizado, no montante de 25.018,72€, corresponde ao valor estimado para o período de 2010, utilizando a taxa de imposto prevista no art. 43 do código dos benefícios fiscais (Às empresas que exerçam, directamente e a título principal, uma actividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços nas áreas do interior, adiante designadas «áreas beneficiárias», são concedidos os benefícios fiscais seguintes:

- a) É reduzida a 15 % a taxa de IRC, prevista no n.º 1 do artigo 80.º do respectivo Código, para as entidades cuja actividade principal se situe nas áreas beneficiárias;

g) Locações

São consideradas locações financeiras, todas aquelas em que ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um activo, independentemente do seu título de propriedade ser ou não transferido.

Os activos e passivos são reconhecidos no começo do prazo da locação, pelo valor de aquisição do activo respectivo.

As rendas são compostas pelo encargo financeiro que é registado como gasto do período e pela amortização financeira que é deduzida ao passivo pendente.

As responsabilidades financeiras com os planos financeiros em vigor dividem-se em:

Curto prazo até um ano no valor de 44.559,39€

Longo prazo mais de uma ano no valor de 2.225,87€

3.2 Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço da entidade.

O número médio de efectivos durante o ano de 2010/2009 foi de 7 funcionários.

4. Caixa e equivalentes a caixa.

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

A decomposição desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

Conta 111 - Caixa com um saldo de 737€

Conta 12 - Depósitos á ordem com um saldo de 104.797,83€

5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos com estas entidades eram as que se segue:

	2010		2009	
	Corrente	N/corrente	Corrente	N/corrente
Passivo Corrente				
Imposto s/rendimento das pessoas colectivas	7.755,55		17.988,39	
Retenções de impostos sobre rendimento	40.579,05		43.576,76	
Contribuições para a segurança social	3.746,25		3.758,16	
Total-	52.080,85		65.323,31	

6. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de outras contas a receber e a pagar tinha a seguinte decomposição:

Activo corrente	2010		2009	
	Corrente	N/corrente	Corrente	N/corrente
Fornecedores- Rec. Estornos/Ind	5.084,67		2.338,11	
Adiantamento s por conta vendas	110.690,78		75.759,17	
Outros devedores e credores	6.445.925,39		5.192.169,73	
Total-	6.561.700,84		5.270.267,01	

Passivo corrente	2010		2009	
	Corrente	N/corrente	Corrente	N/corrente
Estornos/Indemnizações pagas	7.414,03		5.730,79	
Credores por acréscimos de gastos	33.415,86		34.197,40	
Outros credores	231,70		18,66	
Total-	41.061,59		39.946,85	

MS
AP
AS

7. Activos Tangíveis

	Situação inicial		
	Quantia Bruta	Depreciações imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	7.513,49	-5.790,46	1.723,03
Equipamento básico	5.599,41	-5.599,41	0,00
Equipamento de Transporte	244.757,07	-165.061,81	79.695,26
Equipamentos Administrativos	99.463,05	-94.810,97	4.652,08
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00
Totais	357.333,02	-271.262,65	86.070,37

	Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	31.385,25	0,00	31.385,25
Edifícios e outras construções	126.056,58	-8.505,94	117.550,64
Equipamento básico	5.599,41	-5.599,41	0,00
Equipamento de Transporte	230.843,86	-177.143,92	53.699,94
Equipamentos Administrativos	117.231,85	-100.506,11	16.725,74
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00
Totais	511.116,95	-291.755,38	219.361,57

		Quantia escritur. Inicial	Adições	Reval	Alien	Amort.	Perdas impar	Rever	Trans f.	Quantia Escritur final
Terrenos e recursos naturais	e	0,00	31.385,25							31.385,25
Edifícios e outras construções	e	1.723,03	118.543,09			-2.715,48			0,00	117.550,64
Equipamento básico		0,00	0,00			0,00			0,00	0,00
Equipamento de Transporte		79.695,26	16.912,13		0,00	-42.907,45			0,00	53.699,94
Equipamentos Administrativos		4.652,08	17.768,80			-5.695,14			0,00	16.725,74
Outros activos fixos tangíveis		0,00				0,00			0,00	0,00
Totais		86.070,37	184.609,27	0,00	0,00	-51.318,07			0,00	219.361,57

Informação complementar na alínea b) do ponto 3.1

Informa-se também que a empresa procedeu neste exercício á venda da viatura 11-97-SN que já se encontrava totalmente amortizada.

8. Activos Intangíveis

Situação inicial			
	Quantia Bruta	Depreciações imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computadores	15.669,81	-15.669,81	0,00
Totais	15.669,81	-15.669,81	0,00

Situação final			
	Quantia Bruta	Depreciações imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computadores	15.669,81	15.669,81	0,00
Totais	15.669,81	15.669,81	0,00

Informação complementar na alínea c) do ponto 3

9. Bens em regime de locação financeira

Descrição	Valor Aquisição	Amortizações	Valor Liquido
Viatura 78-ED-12	18.700,00	18.700,00	0,00
Viatura 47-FG-23	59.152,60	44.364,45	14.788,15
Viatura 67-FC-51	48.819,36	36.614,52	12.204,84
Viatura 94-IE-49	28.045,72	14.022,86	14.022,86

Informação complementar na alínea g) do ponto 3.1

MS
TR
AL

10. Capital

O capital social da empresa, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é representado por 50 000 ações de valor nominal de 1,00€ cada, totalizando 50.000€, pertencentes a:

	Participação no capital	
	%	Valor
Miguel Roseta Fino	22,50%	11.250,00
Vb SGPS, SA	25,00%	12.500,00
Alda Nunes	11,50%	5.750,00
Paulo Lucena	10,25%	5.125,00
José Maria Tello rasquilha	10,25%	5.125,00
José Miguel Tello Gonçalves	10,25%	5.125,00
José Eduardo Tello Gonçalves	10,25%	5.125,00
	100,00%	50.000,00

11. Reservas

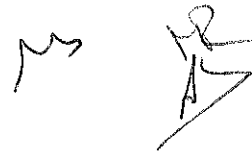
Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios de 2010 foram como se segue:

	Reserva legal	Outras reservas
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	10.000,00	6.673,42
Aplicação resultado de 2009	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.000,00	6.673,42

12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2010, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

Resultados Transitados	
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	241.883,44
Aplicação resultado de 2009	69.838,14
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	311.721,58



13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos foram como se segue:

Passivo corrente

	2010	2009
Empréstimo bancário	115.473,59	0,00
Loações financeiras	42.333,52	73.844,52
Descobertos bancários	54.526,27	
Total	212.333,38	73.844,52

O empréstimo bancário obtido no valor de 117.000€, foi celebrado em Setembro de 2010, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Elvas.

O capital é reembolsado em 180 prestações mensais.

14. Gastos com o Pessoal

Durante o exercício de 2010 e 2009 os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2010	2009
Remunerações		
Gerência	323.100,00	362.199,92
Pessoal	88.955,34	83.833,20
Encargos sobre remunerações	36.589,93	36.096,06
Seguros obrigatórios	2.366,88	1.704,26
Gastos de acção social	310,00	0,00
outros gastos com o pessoal	37.339,80	37.788,00
	<u>488.661,95</u>	<u>521.621,44</u>

15. Adiantamento de clientes

A empresa possui algumas responsabilidades para com clientes de curto prazo, nomeadamente estornos e indemnizações emitidas cujos valores estão em processamento de liquidação no montante de 5.534.963,92€.

A responsabilidade existente deve-se ao facto da empresa não ter ainda recebido por parte das companhias de seguros o valor de 6.441.683,94€, registados na contabilidade na rubrica 278 (outros devedores e credores).

MW
TR
AL

16. Outros gastos e perdas/rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas

	2010	2009
Impostos		
Imposto selo	35.283,54	38.256,91
taxas ISP	1.500,00	1.500,00
Juros leasing	1.148,00	5.101,96
Outros gastos e perdas	5.004,52	16.363,84
	<u>42.936,06</u>	<u>61.222,71</u>

Outros rendimentos e ganhos

Alienações	4.000,00	7.376,60
Dividendos	184,83	298,69
Outros rendimentos	66,76	968,84
	<u>4.251,59</u>	<u>8.644,13</u>

17. Gastos financeiros líquidos

	2010	2009
Juros suportados		
Empréstimos bancários	7.629,01	6.064,08
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
	<u>7.629,01</u>	<u>6.064,08</u>
Outros rendimentos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Gasto financeiro líquido	<u>-7.629,01</u>	<u>-6.064,08</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	2010	2009
Serviços especializados	794.140,32	916.026,65
Publicidade e propaganda	1.347,52	500,00
Vigilância e segurança	435,84	52,50
Honorários	2.200,00	10.677,74
Comissões	96.087,75	90.500,00
Comnservação e reparação	7.282,12	10.110,45
Materialis	7.179,69	7.900,53
Energia e Fluidos	15.339,00	16.560,96
Deslocações, estadas e Transp.	22.952,52	10.661,96
Serviços diversos	49.753,44	60.862,65
	996.718,20	1.123.853,44

19.Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

	2010			2009		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	1.652.948,31	-	1.652.948,31	1.851.299,49	-	1.851.299,49
	1.652.948,31	-	1.652.948,31	1.851.299,49	-	1.851.299,49

20. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

21. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22. Notas à demonstração fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

A decomposição desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

Conta 111 - Caixa com um saldo de 737€

Conta 12 - Depósitos à ordem com um saldo de 104.797,83€

b) Pagamentos/Recebimentos respeitantes a activos tangíveis

Os pagamentos respeitantes com esta rubrica dizem respeito á aquisição de um imóvel, acrescido dos gastos acessórios suportados até à sua entrada em funcionamento ou utilização, aquisição de uma viatura e aquisição de equipamento administrativo.

Os recebimentos dizem respeito á venda de uma viatura.

c) Pagamentos respeitantes Financiamentos Obtidos/Dividendos/juros e gastos similares

O valor mencionado na rubrica de financiamentos obtidos, diz respeito ás amortizações mensais do empréstimo bancário, leasing, contas caucionadas e descobertos bancário.

Os valores pagos a título de juros e gastos similares, dizem respeito essencialmente aos gastos suportados pelo empréstimo bancário e contratos de automóvel (Leasing).

d) Recebimentos provenientes de financiamentos obtidos

O valor registado nesta rubrica diz respeito ao empréstimo bancário CCAM e utilização de plafonds de contas caucionadas.

23- Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguro

De acordo com a NR nº 15/2009 de 30 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), os corretores de seguros, têm de cumprir as obrigações que dela constam (Relato financeiro dos mediadores de seguros ou de resseguros), nomeadamente:

a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas

Os proveitos obtidos com as comissões são registados aquando da prestação de contas às Companhias de Seguros.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza.

As comissões (entendidas como uma percentagem do prémio) são recebidas em numerário totalizando em 31 de Dezembro de 2010 o valor de 1.652.948,31€.

c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguros por si intermediados desagregadas por Ramo Vida e Não Vida.

AXA	254.132,42	15,38%	15,37%
BONANÇA	634.322,00	38,38%	38,38%
TRANQUILIDADE	461.314,26	27,91%	27,91%
MUNDIAL	253.811,53	15,36%	15,36%
IMPERIO	1.152,66	0,07%	0,07%
GROUPAMA	11.539,82	0,70%	0,70%
ALLIANZ	679,49	0,04%	0,04%
LIBERTY	114,99	0,01%	0,01%
VICTÓRIA	2.157,62	0,13%	0,13%
MAPFRE	9,42	0,00%	0,00%
ZURICH	776,72	0,05%	0,05%
LUSITANIA	11.645,91	0,70%	0,70%
GLOBAL	15.017,24	0,91%	0,91%
REAL	0,00	0,00%	0,00%
AÇOREANA	5.427,05	0,33%	0,33%
HISCOX	651,44	0,04%	0,04%
ZURICH LIFE	3,98	2,03%	0,00%
EUROVIDA	191,76	97,97%	0,01%

MS MR

d)Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira.

	2009	2010
BONANÇA	634.322,00	38,38%
TRANQUILIDADE	461.314,26	27,91%

e)Valores das contas “clientes”, início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Conta clientes C/C

Conta 21111-recibos

	2010
Saldo em 31/12/2009	199.836,09
Recibos emitidos	5.791.099,25
Recibos devolvidos	-449.844,99
	-
recibos cobrados	5.307.914,10
	233.176,25

**Conta 21112-
Estornos**

	2010
Saldo em 31/12/2009	4.601,82
Recibos emitidos	63.587,25
Recibos devolvidos	-6.081,46
recibos pagos	-55.822,55
	6.285,06

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (Tomadores de seguros, companhias de seguros e clientes)

Contas a receber

Clientes- Recibos	233.176,25
Companhias Seguros-Estornos	3.955,70
Companhias Seguros-Indem.	1.128,97
Adiantamento clientes	110.639,90
Outros dev. Comp. Seguros	6.441.915,64
	6.790.816,46

Contas a pagar

Clientes-estornos	6.285,06
Clientes-Indem.	1.128,97
Companhias Seguros-C/cobrança	162.235,34
Adiantamento clientes	5.645.603,82
Outros Cred. Comp. Seguros	231,70
	5.815.484,89

g)) Indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por :

- Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prêmios de seguro.

Prêmios - 0,00€
Estornos - 0,00€
Indemnizações-0,00€

- Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prêmios de seguros.

Prêmios - 233.176,25€
Estornos - 6.285,06€
Indemnizações-1.128,97€

Nota: As restantes alíneas da norma não são aplicáveis.

A Gerência

O Técnico de Contas

[Handwritten signature]
José Miguel Faria Almeida
[Handwritten signature]
A. H. J.

[Handwritten signature]
Esdras P. S. S. Alves